A COMUNIDADE ARGELINA NA FRANÇA*

Juliette Minces **

Antes de falar da minoria norte-africana na França, proponho focalizar minha exposição sobre a comunidade argelina, na medida em que ela se apresenta como um caso específico da imigração na França. As comunidades tunisina e marroquina são, no conjunto geral da imigração, quanto ao seu *status*, mais próximas das outras comunidades. Se elas são por vezes mais discriminadas, isso se deve ao fato de a sociedade francesa ter a tendência de confundi-las com os argelinos, não sabendo *distinguir* uns dos outros.

Não se pode falar da imigração argelina sem fazer referência ao passado colonial da Argélia. Sem isso, fica difícil compreender por que, ainda hoje, essa comunidade sofre discriminações específicas – apesar de vir imigrando desde o início do século – que perduram, inclusive, através de seus filhos.

O passado colonial

Durante 130 anos a Argélia foi uma dentre as várias colônias francesas. Diferentemente das outras, porém, ela foi uma colônia de povoamento. Esse fenômeno esteve na origem da desestruturação da organização social e econômica do país, bem como de sua despersonalização, do ponto de vista da identidade nacional, isto é, de uma ruptura violenta em relação a seu passado.

Após a Segunda Guerra Mundial, as autoridades francesas dividiram a Argélia em quatro departamentos, ligando-a ainda mais diretamente à metrópole. Viviam, então, no país, um milhão de europeus (os *pieds-noirs*, como se dizia então), ao lado de dez milhões de árabes (ou muçulmanos, como eram chamados). Estes últimos, com a passagem da Argélia de colônia a departamento francês, tornaram-se também cidadãos franceses, muito embora fossem considerados cidadãos de segunda classe. Se, entre eles, alguns chefes tradicionais ou grandes comerciantes conseguiram preservar ou acumular alguma riqueza, a maioria era constituída de pequenos proprietários, ou mesmo de camponeses sem terra,

* Trabalho apresentado na seção "Minorias étnicas, desigualdades urbanas e racismo", do seminário "Reestruturação urbana: tendências e desafios", da International Sociological Association/Iuperj. Rio de Janeiro, 26 a 30 de setembro de 1988.

** Socióloga, pesquisadora independente de instituições, autora de várias obras sobre o mundo árabe e imigração (último livro: *La generation suivante*, 1986).

que se tornaram assalariados agrícolas ou, quando nas grandes cidades, desempregados, operários, camelôs ou pequenos comerciantes. Quando tinham acesso ao serviço público, não ocupavam senão postos subalternos. Seus filhos raramente freqüentavam a escola oficial, destinada quase exclusivamente aos franceses.

Durante todo o período colonial, a Argélia assistiu a numerosas revoltas, que foram violentamente reprimidas. Em 1954, militantes nacionalistas, servindo-se do islão como elemento de coesão e mobilizando as massas com promessas modernizadoras (reformas agrária, fim do estatuto de colono, democracia), desencadearam uma luta armada que durou oito anos. Essa luta teve o apoio, na França, de militantes da comunidade argelina imigrante e conduziu a Argélia à independência em 1962. A guerra foi dura e brutal de ambos os lados, fazendo inúmeras vítimas. A partir de 1960, os *pieds-noirs* enveredaram por uma atuação política de *terra arrasada*, o que provocou o êxodo maciço dos franceses, que continuavam a proclamar que a Argélia pertencia, ou antes, *era* a França. Em largos setores da sociedade francesa, a independência argelina não foi assimilada.

Como qualquer sistema colonial, o da Argélia havia desenvolvido o desprezo e o racismo face aos colonizados – e, chegada a independência, o rancor e a animosidade dos colonos voltaram-se contra aqueles que os tinham *jogado ao mar*. A chegada em massa, na França, dos repatriados da Argélia contribuiu grandemente para a difusão, ou reforço, dessa ideologia do desprezo no seio da população da metrópole. Em outras palavras: ao racismo vulgar (embora ocultado durante longo tempo) somou-se, no que se refere aos argelinos, todas as seqüelas do racismo colonial. Vinte e seis anos depois a França ainda não está curada desse mal.

Vale lembrar que, até a independência, a mão-de-obra argelina foi utilizada, inclusive na metrópole, segundo as necessidades econômicas do momento. Devolvida à Argélia quando não mais era necessária, essa mão-de-obra submetia-se perfeitamente à conjuntura. Chegou mesmo a haver conflitos entre o governo francês e os colonos empregadores da Argélia, pois estes temiam a escassez de mão-de-obra local e receavam a influência que sobre ela poderiam ter o sindicalismo e a ideologia democrática da metrópole. Contudo, sendo o desemprego endêmico na Argélia, e como o seu estatuto de departamento francês tornava difícil impedir a livre circulação de pessoas, a emigração para a França cresceu bastante. Em 1954, já havia entre 400 e 600 mil argelinos em território francês; a maior parte deles veio sem família e vivia muitas vezes em condições dramáticas. Esse movimento atenuou-se ligeiramente logo após a independência, para retornar com mais vigor mais adiante, impulsionado pelas mesmas causas que levam os homens do Terceiro Mundo a procurar trabalho nos países industrializados.

Pouco a pouco, essa imigração só de homens de transformou numa imigração de famílias, sem que fossem criadas estruturas apropriadas de acolhimento. Para os trabalhadores, fazer vir as esposas, mesmo em condições dificílimas, significava voltar a ter uma vida normal, mesmo que em uma favela. Os filhos, sobretudo, poderiam ter uma escolaridade correta, regular, que os possibilitassem aspirar a uma vida profissional mais gratificante que a de seus pais.

A crise econômica e, depois, a suspensão da imigração, em 1974, aceleraram em todas as comunidades um movimento de reagrupamento familiar. De fato, com a imigração oficialmente suspensa, somente às "famílias reunidas" (mulheres ou filhos que viajavam para unirem-se aos maridos ou pais) era permitido, em certas condições, entrar na França. Mas muitos dos que não preenchiam essas famigeradas condições entraram clandestinamente. Isso não fez senão aumentar as dificuldades. Além do mais, a chegada de esposas e filhos modificou completamente o ambiente de imigração. Tornaram-se necessários alojamentos, creches, escolas e equipamentos médicos e sociais. Afastados dos bairros ou subúrbios residenciais, os imigrantes vão reagrupar-se em

alguns subúrbios operários, onde podiam encontrar trabalho. As autoridades recusavam-se a construir moradias para os estrangeiros, sobretudo quando se tratava de argelinos, cujas famílias numerosas assustavam a vizinhança européia: eram famílias difíceis de suportar, "famílias-problemas". Essa rejeição era justificada pela existência de diferenças culturais marcantes, em vez de se reconhecer que a razão estava no fato de se tratarem de famílias pobres. Na França de hoje o eufemismo continua a reinar.

O medo do desemprego também servia de justificativa para essa rejeição. Foram feitas várias tentativas para limitar, ou até mesmo impedir, o reencontro de famílias argelinas, ao mesmo tempo em que se implementaram políticas destinadas a estimular o retorno dos imigrantes. Na teoria, esses estímulos destinavam-se a todos os imigrantes. Na prática, o que se pretendia era atingir os africanos negros, os magrebinos e, muito especialmente, os argelinos.

Essa rejeição e discriminação aos argelinos é perceptível na sua participação no mercado de trabalho, no qual ocupam sistematicamente funções mais desvalorizadas, mais duras e insalubres. Sua promoção profissional é infinitamente mais lenta do que a das outras comunidades. De 320 mil argelinos economicamente ativos*, 16,4% são serventes, 37,5% operários, 36,9% operários especializados, havendo sempre 7,4% de empregados qualificados e 1,8% de agentes técnicos.

Para uma população aproximadamente igual (cerca de um milhão de pessoas), há quase três vezes mais desempregados argelinos que portugueses. É entre os argelinos, aliás, que se encontra o maior número de desempregados. Ora, de um modo geral, os imigrantes só são tolerados na medida em que tenham a justificativa de um emprego. Eles mesmos sentem isso. Encontrar-se sem trabalho – e, portanto, sem salário – significa não poder mais justificar a sua imigração. Para os franceses a resposta é clara: devem retornar a seu país. Mas não é tão simples assim quando eles têm filhos.

Fora do trabalho, as mesmas discriminações são encontradas quando se trata de achar um lugar para morar: os imigrantes ocupam os lugares que os franceses não querem mais, os únicos que estão autorizados a ocupar, tendo em conta a sua baixa renda.

Originalmente, os franceses de classe média procuraram os bangalôs, nos arredores dos grandes centros urbanos, para viver um pouco mais perto da natureza – uma alternativa aos bairros do Centro das cidades, onde as residências eram demasiado pequenas e desconfortáveis. Após a Segunda Guerra Mundial, a França passou por uma grave crise de moradia popular que foi resolvida, parcialmente, pela construção de grandes conjuntos residenciais. Aí foram instaladas, provisoriamente, famílias francesas de operários especializados, quadros médios e funcionários, enquanto esperavam por moradias melhores. Passado esse período de transição, os blocos foram então destinados a um outro tipo de classe social, os operários não-qualificados, que passaram a construir, de certo modo, o núcleo estável desses grandes conjuntos residenciais periféricos.

A partir dos anos 70, assiste-se na França a um forte estímulo ao acesso à propriedade residencial, especialmente do tipo bangalô. Ou, ao contrário, estimula-se a reconstrução urbana dos Centros das cidades, outrora abandonados pelos autóctones e, em conseqüência, ocupados pelos imigrantes. Essas reconstruções, essa renovação urbana, vão trazer de novo para o Centro reabilitado as classes médias, na mesma proporção em que, com a elevação subseqüente dos aluguéis, os imigrantes são levados a abandoná-lo.

Esses imigrantes vão passar, então, da casa de cômodos aos quartos alugados ou mesmo aos pardieiros sem conforto, às casas ou aos barracos de fundo de loja, ou às favelas, até chegarem aos grandes conjuntos residenciais, o que é sentido por eles como uma promoção. Isso ocorre nos anos 70. Esses conjuntos são chamados, então, de cidades-dormitórios e, depois, de "bairros-guetos".

Embora haja segregação residencial nesses grandes conjuntos, é difícil caracterizá-los como guetos, mesmo no sentido norte-americano do termo. Isso porque essa segregação é antes de tudo social e atinge tantos os franceses de origem quanto os imigrados. De fato, esses bairros, ou esses grandes conjuntos, apresentam uma forte homogeneidade social ao mesmo tempo em que possuem uma heterogeneidade *étnica* – ao contrário do gueto. Neles, a população francesa é quase sempre majoritária, mas são somente os estrangeiros que a gente repara.

Nesses lugares, particularmente nos grandes conjuntos onde as habitações sociais são *atribuídas* (as esperas para obtê-las são, em geral, muito demoradas), a coabitação é imposta. Se o beneficiado a recusa, arrisca-se a não ser realojado em outro lugar. Os franceses normalmente sentem a coabitação como desvalorizadora, humilhante, embora pertençam ao mesmo nível social dos imigrados. Estes lhes oferecem uma imagem deles mesmos que é rejeitada, porque os angustia.

Além disso, ao serem ocupados por imigrantes, sobretudo argelinos com famílias numerosas, esses bairros ficam *marcados*, são *categorizados*, o que acentua anda mais a sua desvalorização, pois se lhes atribui especificidades vergonhosas. Violações, roubos, drogas, prostituição, insegurança, essas são as descrições, nem sempre falsas, que se fazem desses lugares. Embora sejam os imigrados o alvo do estigma, são os franceses que se sentem estigmatizados e que farão tudo para se demarcarem, para não se parecerem com esses imigrantes. Acima de tudo, marcar a diferença, por ínfima (se é que existe) que ela seja. Os argelinos, nesse panorama geral, são de qualquer forma um caso à parte.

Não se pode explicar as dificuldades de integração e, portanto, de coabitação dos argelinos – cujas famílias se encontram, em termos globais, entre as menos bem alojadas – como decorrentes apenas da *distância cultural* devida a uma imigração recente. A sua falta de qualificação (cerca de 53,9% deles são serventes ou operários não-especializados), o seu baixo salário, o fato de haver entre eles uma grande maioria de homens solteiros ou, ao contrário, que constituíram famílias demasiado numerosas constituem também explicações para a referida falta de integração.

Na realidade, o que nos parece claro é que essas características são sobretudo reveladoras daquilo que a sociedade francesa reserva aos argelinos. Eles são os mais "marcados", os mais visados pelo racismo, os mais humilhados. Poucos são os proprietários que aceitam alugar-lhes um apartamento. Não lhes é dado, de modo algum, o direito de se qualificarem e, portanto, de residirem em melhores condições. Além disso, são feitos todos os esforços para limitar ao máximo a imigração familiar.

Dessa forma, os argelinos, mais do que as outras comunidades de imigrantes e mais do que os próprios franceses, estão em primeiro lugar entre os que vivem em quartos alugados; em segundo, depois dos turcos, entre os que residem em *trailers*, cabanas etc., e são os terceiros, após os turcos e marroquinos, entre os residentes em *repúblicas* de trabalhadores. Entre todas as comunidades imigrantes, eles são os que vivem na maior promiscuidade e mais raramente que os outros têm uma residência que possua cozinha, água corrente e, muito menos ainda, água quente e banheiro. Essa insalubridade agrava as conseqüências do superpovoamento.

Contudo, se os argelinos moram na cidade, mesmo nas condições acima descritas, eles podem, em contrapartida, beneficiar-se da estruturas que o Centro da cidade oferece. Se, ao contrário, residem nos grandes conjuntos da periferia, embora usufruam de residências mais novas, mais espaçosas e confortáveis, estão por outro lado envolvidos num meio ambiente carente, pobre, triste, com deficiência de meios de comunicação, e sujeitos a um controle social e institucional muito mais estreito e constrangedor. Por esses conjuntos habitacionais serem assim é que os antigos re-

* *Censo da França, de 1982.*

sidentes franceses os abandonaram logo que puderam, deixando-os para os argelinos. Em troca, estes tiveram de se submeter às normas estipuladas (não fazer barulho, não pendurar roupas nas janelas etc.) ou, em outros termos, tiveram de tornar-se socialmente invisíveis para serem aceitos. Essa *invisibilidade* desaparece tão logo haja mulheres e filhos. Aí, então, os argelinos são declarados inassimiláveis, já que são demasiado *diferentes*. Por que isso não se passa da mesma maneira com os tunisinos e os marroquinos? Essas diferenças, justificadas pelo estilo de vida dos argelinos (aliás, muito parecido com os dos outros magrebinos e até mesmo com o dos *pieds-noirs* judeus os cristãos que foram repatriados da Argélia), são julgadas como definitivamente irreversíveis. Mais ainda, a representação social do argelino é quase sempre assustadora. Antes de mais nada, põe-se em evidência a sua violência, a sua suscetibilidade, o caráter briguento, e é aí que reencontramos o racismo de origem colonial – eles metem medo.

O islão, nesse caso, vem reforçar esse medo, ampliado por aquilo que os meios de comunicação divulgam: a guerra do Líbano, a tomada de reféns, a barbárie do regime do Irã, ou o que se passa no Sudão ou no Paquistão. Esse islão é, na realidade, assustador, mas pouco tem a ver com os argelinos, que estão mais próximos dos palestinos, com quem são mais solidários do que quaisquer outras comunidades muçulmanas.

Enfim, é nesse contexto que devem viver os seus filhos. A extrema complexidade da situação jurídica desses jovens aumenta ainda mais suas dificuldades. Essa é, aliás, uma das razões pelas quais é difícil saber o seu número, pois em uma mesma família alguns têm a nacionalidade francesa, outros a argelina, mas todos consideram-se argelinos. De um modo geral, só com a idade de 16 anos, quando vão tirar o certificado de residência, é que descobrem se são franceses ou argelinos, embora qualquer uma das opções não faça grande diferença. Esse fato é também uma seqüela do período colonial, na medida em que muitos argelinos recusaram a nacionalidade francesa por esta lhes ser *imposta*.

Pelo seu lado, a Argélia recusa a dupla nacionalidade e considera todos esses jovens como argelinos, aguardando que eles venham cumprir o serviço militar no *seu país*, que muitos deles nem mesmo conhecem. Além disso, a maior parte desses jovens, rapazes e moças, não tenciona vir a residir na terra de seus pais, da qual mal falam a língua, mas conhecem as dificuldades econômicas, o puritanismo hipócrita e a ausência de democracia. Ademais, educados num país laico – mesmo que se reivindiquem muçulmanos –, eles não suportam que se lhes imponham um forçada prática religiosa. Em suma, quando podem viajar para lá durante as férias, medem a distância que os separa de seu país dito *de origem*, onde são geralmente tratados como *emigrados*.

No entanto, na França, esses filhos de argelinos – franceses ou não – são constantemente identificados pelo seu lado estrangeiro, seja na rua, na escola, na procura de um emprego ou de uma residência. Todas as características diferenciais são aumentadas, exageradas e interpretadas como uma incapacidade definitiva, quase genética, de viverem na França.

Ora, mesmo se por desafio se declaram argelinos, esses jovens sentem-se igualmente *da França*. Conseqüentemente, diante dessa rejeição, que sentem de modo muito mais doloroso do que seu pais, assiste-se a uma escalada de recusa mútua que hoje em dia toma proporções alarmantes.

Majoritariamente nascidos na França, esses jovens de origem argelina não estão dispostos a sofrer – como ocorreu com seus pais no contexto da imigração. E não têm qualquer razão para fazê-lo, uma vez que realmente não são imigrantes, ou para sentirem-se demasiado felizes quando os aceitam e lhes dão trabalho. Eles fazem parte, queira-se ou não, do tecido social francês.

Muitos deles, exasperados por essa situação, e também com o discurso oficial que se

tem sobre eles, tanto comiserador quanto negativo, reagem como o fariam muitos jovens em situação semelhante: com pequenos delitos, infrações e violências que parecem gratuitas mas que lhes dão, de alguma maneira, uma existência social. Em contrapartida, isso provoca um controle social e policial quase permanente, que só faz exacerbar as tensões. O simples aparecimento de um uniforme policial transforma-se numa provocação.

Assim sendo, esses jovens formados mas desocupados (os mais atingidos pelo desemprego, mesmo tendo qualificação), sem objetivo de vida, vivem a maior parte do tempo em turmas, o que os conforta uns em relação aos outros, em um contexto tenso e hostil no qual o desenvolvimento pessoal torna-se difícil. A violência contra eles mesmos (drogas, alcoolismo, prostituição etc.) e contra os outros é quase sempre a regra. Os pais, ausentes de uma forma ou de outra, com salários insuficientes, discriminados e desprezados e vivendo no ostracismo, já não têm qualquer autoridade sobre os filhos, que (sobretudo os rapazes) acabam também por realimentar esses desprezo para com seus progenitores. Muitos deles, principalmente os homens, tornam-se cada vez mais frágeis e sofrem depressão nervosa, de doenças psicomáticas ou de alcoolismo. Tudo isso aprofunda ainda mais o fosso que os separa dos filhos e cria um profundo mal-estar na família. Divididos entre o desejo de reestruturarem uma identidade própria e a necessidade de modernidade, as famílias argelinas, mais do que as outras, têm dificuldades em encontrar um equilíbrio satisfatório.

Geralmente, quando os jovens estão prontos para fazer o jogo da integração, surgem as campanhas racistas, a *marcação*, o que leva grande parte deles a se afirmar como estrangeiros não integráveis (contra toda a realidade) e, portanto, hostis à sua terra de nascimento – ao mesmo tempo em que reivindicam ser parte integrante dessa mesma sociedade. Daí esses comportamentos de recusa de toda a espécie, especialmente a rejeição às regras e normas de uma sociedade pela qual não se sentem admitidos ou respeitados, bem como suas reivindicações étnicas e culturais, que se constituem em um modo de se imporem e de se afirmarem.

A deliqüência acarreta o que para a opinião pública caracteriza esses jovens: o fracasso escolar – também explicado pela sua condição social, ou pelo fato de os pais não poderem ajudá-los, ou ainda pela existência de problemas lingüísticos. Para aqueles que começaram a freqüentar a escola francesa desde o jardim de infância – o que, hoje em dia, constitui a maioria –, o argumento lingüístico, sobre o qual mais se insiste, não tem qualquer validade. Na realidade, essas crianças têm o mesmo tipo de dificuldades que os seus colegas de bairro provenientes da mesma camada social e, no entanto, franceses de origem. Porque o que a escola espera dessas crianças é que saibam manejar a linguagem escrita, bem diferente daquela faladas em subúrbios. É fato sabido, todos os estudos mostram isso, que o fracasso escolar dos filhos de imigrados é tão elevado quanto o de qualquer criança francesa que estude no mesmo tipo de escola. Esse fracasso é, antes de mais nada, o de uma classe social em relação a um ensino que não foi concebido para ela. Não reconhecer isso leva a que não se ponha em questão a escola, o conteúdo do ensino, a formação de seus professores, contribuindo dessa forma, para a perpetuação das desigualdades sociais que a escola não consegue reduzir. Leva a que não se questione para quem e para que existe a escola. Assim sendo, um bom número de jovens originários dessa imigração tolera menos do que outros as imposições escolares.

Educados em geral com muito mais relaxamento, não aprendendo a fazer esforço nem a praticar a continuidade do esforço, esses jovens têm, freqüentemente, repugnância pela escola, da qual se ressentem, considerando-a inferiorizante. Ao mesmo tempo, o fracasso escolar afeta-os muito, porque, para eles e para seus pais, a escola, apesar de tudo, é um meio quase mítico de instrução e de ascensão social, instrução que deveria proporcionar-lhes *boas profissões*, diferentes daquelas nor-

malmente reservadas para os imigrantes. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, aos olhos deles, a escola legitima, pelo fraco desempenho nela obtido, o seu estatuto de inferioridade.

O mesmo não ocorre com as moças, que geralmente têm melhor desempenho escolar que seus irmãos. São assíduas, aplicadas e muito vigiadas pela família e vizinhos no que se refere a saídas e divertimentos. Elas têm consciência do que está em jogo e do que têm a perder no caso de um fracasso. Se fracassarem, correm o risco de permanecer confinadas como suas mães, de ser obrigadas a casar precocemente com um homem que não escolheram, ou então, com o mesmo objetivo, de ser enviadas de volta à aldeia dos pais. O que desejam é poder levar o mesmo estilo de vida que suas colegas de classe, sem o controle permanente que as humilha. Elas estão conscientes de que não poderão justificar essa autonomia que reivindicam se os seus resultados escolares não forem convincentes. Altamente motivadas, freqüentemente apoiadas pelos seus professores e, por vezes, pelas próprias mães, que cada vez mais tendem a tornar-se suas cúmplices, essas moças obtêm resultados muito melhores que seus irmãos, inclusive no nível universitário. É muito comum, atualmente, trazerem um salário para casa e imporem-se por isso.

No entanto, essas jovens vivem o mesmo sentimento de revolta de seus irmãos, talvez maior ainda. São elas, afinal de contas, que aceleram a inserção das famílias, a integração dos jovens dessa comunidade sem que para isso tenham que renegar as suas origens ou religião. Em suma, são elas que, pouco a pouco, vão levando a sociedade francesa a reconsiderar os estereótipos racistas que ainda tão fortemente marcam a imigração argelina na França.

SUMMARY

The Algerian community in France

The most noteworthy characteristic of the Algerian communitity in Frace is no so much its size (over 800,000) but the specific way in which it is treated and from which its children consequently suffer.

It is usually assumed that the older an immigrant group is, the better integrated it is, thanks to improved working conditions, wages and hence housing. The Algerian immigrants, however, do not fit that assumption.

Although one of the groups that has been in France for the longest time, it has the highest unemployment rate, three times higher than the Portuguese, whose community is almost as numerous. It is also amony the Algerians that job promotion is the slowest. According to the latest census (1982), even if things have improved since 1976, 16% of the 320,000 active Algerians were unskilled, 37.5% were semi-skilled and 36.9% were skilled workers. Only 7.4% were white-collar workers and 1.8% technical workers or cadres.

Among equally skilled people, and in the absence of applicants of old French extraction, employers will hire any other immigrant rather than an Algerian. If the "Algerian" has French citizenship (which is often the case with the children) he will nontheless be treated as an Algerian, which is to say discriminated against.

Discrimination is also to be found in housing. When the men come to France without their families, they usually live in hostels, in rooming houses, or in makeshift lodgings. When their families como over (which has been even more frequent since the interruption of immigration in 1974), they live in the numerous slums that are still to be found in the oldest parts of French cities, in the isolated buildings for migrants that have replaced the shanty towns, or in tenements in the working class suburbs where cohabitation with the other foreigners, and even more so with the French, is extremely difficult.

In other words, their housing conditions on the whole are among the worst, located in areas that become socially "marked" and are so poorly equipped that those who can afford to do so try to settle elsewhere.

The Algerians are victims of specific discrimination that is not equally applied to the other two Maghrebian communities, the Tunisians and the Moroccans. That discrimination can only be accounted for

by the history of Algeria (a French settlement for 130 years – not the case with Tunisia and Morocco), and by the eight-year war that it waged against the French army which proceeded independence in 1962.

To put it another way, behavior and attitudes that some people try to pass off as "cultural differences" are actually rooted in what can be termed colonial racism.

RÉSUMÉ

La communauté algérienne en France

Les principales caractéristiques de la communauté algérienne ne résident pas tant dans le nombre élevé de ses membres (plus de 800.000) que dans la manière particulière dont elle est traitée, avec les conséquences que cela comporte pour ses enfants.

Il est communément admis que plus un mouvement migratoire est ancien, meilleure est son intégration, grâce à l'amélioration des conditions de travail et des salaires, qui entraine aussi une amélioration du logement. L'immigration algérienne ne correspond pourtant pas à ce modèle.

Bien qu'elle soit la plus ancienne, son taux de chômage est le plus élevé, trois fois celui des portugais dont la communauté est presque aussi nombreuse. C'est aussi parmi les algériens que l'avancement dans l'emploi est le plus lent. Le dernier recensement enregistre une amélioration par rapport à 1976 mais constate tout de même que 16,2% des 320.000 algériens actifs n'ont aucune qualification tandis que 37,5% sont semi-qualifiés et 36,9% qualifiés. Seuls 7,4% sont des "cols-blancs" et 1,8% des techniciens ou des cadres.

Si un employeur doit faire un choix parmi des travailleurs ayant une qualification égale mais ou ne se présente aucun français de souche, il engagera n'importe quel immigrant plutôt qu'un algérien. Si l'algérien a la nationalité française (ce qui est souvent le cas des enfants) il sera quando même traité comme un algérien, c'est à dire discriminé.

La discrimination s'observe aussi au niveau du logement. Quand les hommes viennent en France sans leurs familles, ils vivent souvent dans des pensions ou dans des chambres louées. Quando viennent leurs familles (ce qui a été encore plus fréquent depuis l'interruption de l'immigration en 1974), ils vivent dans les nombreux taudis que l'on peut encore trouver dans les plus vieux quartiers des villes françaises, dans les cités de transit destinées exclusivement aux migrants qui ont remplacé les cités de baraquements ou au fin fond des banlieues ouvrières où la cohabitation avec les français est extrèmement difficile.

En d'autres mots, leurs conditions de logement sont globalement les plus mauvaises, dans des lieux qui deviennent "marqués" sur le plan social et sont si peu équipés que tous ceux qui peuvent les éviter essayent de déménager.

Les algériens sont victimes d'une discrimination spécifique qui ne frappe pas de la même façon les autres communautés maghrébines, les tunisiens et les marrocains.

Cette discrimination ne peut être attribuée qu'à l'histoire de l'Algérie (colonie française pendant 130 ans, ce qui ne fut pas le cas pour la Tunisie et le Maroc) et par la guerre d'indépendance nationale qu'elle a menée contre l'armée française pendant 8 ans jusqu'à la victoire en 1962.

En d'autres mots, ce que les gens essayent de désigner sous le nom de "différences culturelles" prend en réalité ses racines dans ce que l'on pourrait appeler le racisme colonial.